

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

PROCESSO Nº 202200053000619

**TIPO: MENOR PREÇO (MAIOR PERCENTUAL DE
DESCONTO)**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
NO FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE ÓLEO
DIESEL S-10 METROPOLITANO COM BIODIESEL NBR**

ABERTURA:

DATA	HORÁRIO
28/12/2022	09h00mim

Oferta de compras nº. 56084

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, com sede na rua Patriarca nº 299, Vila Regina, Goiânia – GO, CEP 74.453-610, por intermédio de seu Pregoeiro (a) e equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 173/20, datada de 01 de dezembro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará, licitação na modalidade Pregão (Presencial), tipo **Menor Preço (Maior Percentual de Desconto)**, conforme descrito no objeto do presente Edital. A presente licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, nos termos do art. 40 da Lei 13.303/2016, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás no dia 19/12/2018, e subsidiariamente as demais Leis em regências aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Justificativa para realização do Pregão Presencial: O presente procedimento licitatório será realizado utilizando o critério de julgamento maior percentual de desconto. Como é sabido, utilizamos a plataforma Comprasnet.Go para a realização dos pregões, tanto eletrônicos como presenciais, mas referido sistema foi projetado para atender à Lei 8.666/93, sendo que nos reportamos à Lei 13.303/2016. Referida plataforma não permite o preenchimento em percentual, somente em valores reais, o que torna bastante complexa e morosa a realização de um certame nos moldes pretendidos, tanto para os licitantes, quanto para quem conduz o mesmo. A opção para a realização na forma presencial se dá também no intuito de facilitar e aumentar a obtenção de desconto junto aos licitantes, elevando a eficiência na contratação.

O Edital e seus respectivos anexos se encontram a disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até a abertura da sessão, nos dias úteis e no horário comercial, no endereço acima citado, ou ainda via internet nos endereços eletrônicos: www.metrobus.gov.br e www.comprasnet.gov.br.

1. DO OBJETO:

- 1.1. A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, tipo “Menor Preço (Maior Percentual de Desconto)”, tem como objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado e contínuo de **Óleo Diesel S-10 Metropolitano com Biodiesel NBR**, com previsão de consumo para 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. O preço total estimado para contratação é de **R\$ 68.850.000,00** (sessenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), preço médio de venda ao consumidor com base nos dados fornecidos pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, sendo:

Disputa Geral

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Estimado - R\$	
				Unit.	Total
01	Óleo Diesel S-10 Metropolitano com Biodiesel NBR.	Litro	10.200.000	6,75	68.850.000,00

- 1.3. A licitante vencedora poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, art. 165, §2º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. Os envelopes contendo os documentos de PROPOSTA e HABILITAÇÃO deverão ser entregues ao Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, na sala da Comissão de Licitações da METROBUS, localizada na Sede Administrativa desta empresa, na Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, Goiânia – GO, CEP 74.453-610, Fone: (62) 3230 7531 e 7532, conforme o seguinte cronograma:

2.1.1. **Abertura dia: 28/12/2022 às 09h00min (horário de Brasília) –** Credenciamento, entrega de envelopes e Classificação de Propostas, Fase de Lances.

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro (a) em contrário.

3. DOS PRAZOS

3.1. Os produtos serão entregues em Goiânia, de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência – Anexo I.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da CONTRATANTE até o limite máximo de 05 (cinco) anos.

3.3. À licitante vencedora será concedido prazo de 05 (cinco) dias para que assine o Contrato, o qual será contado a partir do recebimento da convocação feita pela METROBUS.

3.4. Na hipótese de o convocado não assinar o termo de Contrato ou o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, a METROBUS deverá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora.

3.5. Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste Edital e em lei, excetuando as licitantes remanescentes.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Poderão participar deste Pregão as empresas:

4.1.1. Do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;

4.1.2. Que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

4.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a METROBUS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.4.1. No caso de autenticação por servidor da Administração, os originais ou cópias autenticadas em cartório, mediante a apresentação de cópia simples, poderão ser autenticados até 1 (um) dia útil anterior a data de abertura da licitação.

4.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas,

apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas as licitantes credenciadas, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.

- 4.6. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou de sociedade de economia mista a empresa:
 - 4.6.1. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - 4.6.2. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da METROBUS;
 - 4.6.3. Esteja cumprindo a pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela METROBUS;
 - 4.6.4. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma do art. 87, IV da Lei nº 8.666/93 ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Goiás, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/02, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - 4.6.5. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 4.6.6. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 4.6.7. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 4.6.8. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 4.6.9. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
 - 4.6.10. Aplica-se a vedação prevista no caput:
 - 4.6.10.1. à contratação do próprio empregado ou dirigente da METROBUS, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;
 - 4.6.10.2. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - 4.6.10.2.1. Dirigente da METROBUS;
 - 4.6.10.2.2. Empregado da METROBUS cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - 4.6.10.2.3. Autoridade do Estado de Goiás, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Entidades e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.
 - 4.6.10.3. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a METROBUS há menos de 6 (seis) meses.

4.7. Com relação ao art.51 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, que tratam do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado as ME e EPP, esclarecemos que não será possível o enquadramento previsto nos incisos I ao III, visto que, diante das peculiaridades do objeto em questão, este favorecimento não é vantajoso para a Administração e pode representar prejuízo

ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme disposto no art. 52, II do mesmo Regulamento.

5. **DO CREDENCIAMENTO** – Documentação a ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02:
- 5.1. No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, a Licitante ou seu representante legal, devidamente presente à sessão, deverá realizar seu credenciamento, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura
 - 5.2. O credenciamento far-se-á através de Carta de Credenciamento conforme modelo sugerido no **Anexo IV** deste edital, ou através de procuração pública ou particular, em original ou cópia autenticada, a ser entregue com a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente, ou ainda através do contrato social da empresa acompanhado da cédula e identidade do representante legal da licitante.
 - 5.3. Para comprovação da legitimidade de quem outorga os poderes ao Credenciado, deverá ser apresentado junto ao **Anexo IV**, ou junto à procuração, cópia autenticada do ato constitutivo ou de documento no qual estejam expressos os poderes do representante sócio ou dirigente da Licitante Proponente.
 - 5.4. Se por seu titular, diretor, sócio ou gerente, munido de cópia, autenticada, do Estatuto Social ou Contrato Social ou instrumento que lhe confira poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
 - 5.5. Se por outra pessoa, devidamente munida da Carta de Credenciamento (modelo **Anexo IV**) ou de instrumento público ou particular de procuração, em original ou cópia autenticada, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
 - 5.6. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes deverão entregar ao Pregoeiro (a) e a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital, conforme modelo sugerido no **Anexo VI**, com os envelopes nº 1 e 2. A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da Licitante do certame.
 - 5.7. Somente as licitantes que atenderem aos requisitos de habilitação deste, terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar após a declaração da vencedora, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro (a), assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro (a).
 - 5.8. Os documentos citados nos subitens anteriores (credenciamento e declaração) deverão ser apresentados em separado dos envelopes nº 1 e 2, solicitados no subitem 8.1 do Edital, os quais serão retidos pela equipe do Pregão e juntados ao respectivo processo.
 - 5.9. Se a empresa licitante não credenciar um representante, abdica do direito de fazer lance e recorrer dos atos do Pregoeiro (a).
 - 5.10. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.
 - 5.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar também, conforme exigência do art. 10 do Decreto Estadual n.º 7.466/2011:
 - 5.11.1. A licitante que, na condição de microempresa e empresa de pequeno

porte, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do benefício previsto na Lei Complementar nº 123, deverá encaminhar acompanhado da documentação solicitada, prova de enquadramento da referida condição. Será aceito para este fim Certidão emitida pela Junta Comercial – JUCEG, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, Cartão do CNPJ (com validade 60 dias) e CRC, para comprovar o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.11.1.1. **DECLARAÇÃO (Anexo VI)**, sob as penas da lei, de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, em que se ateste a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06.

6. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 6.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.
- 6.2. Caberá ao Pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- 6.3. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a administração procederá à sua retificação e republicação com devolução dos prazos.
- 6.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimentos ao Edital deverão ser entregues por escrito e assinados, ao Pregoeiro (a), na sala da Comissão Permanente de Licitações, no seguinte endereço: Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, Goiânia-GO, ou via e-mail: cpl@metrobus.go.gov.br
- 6.5. Não serão conhecidos os pedidos de impugnação ou providências ao Edital encaminhado qualquer outro meio que não o do item anterior.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 7.1. No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão pública do Pregão, iniciando-se com o recebimento dos envelopes PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e com o credenciamento dos interessados.
- 7.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
- 7.3. A seguir, o Pregoeiro (a) realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

8. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 8.1. No horário e data indicados no preâmbulo deste Edital, as Proponentes deverão entregar dois envelopes distintos, devidamente fechados, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

ENVELOPE 1: "PROPOSTA COMERCIAL"

**METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A PREGÃO
PRESENCIAL Nº 010/2022
(Razão Social da licitante e CNPJ)**

ENVELOPE 2: "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

**METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022
(Razão Social da licitante e CNPJ)**

- 8.2. Antes da entrega destes envelopes deverão ser entregues ao Pregoeiro (a) e/ou Equipe de apoio, na ordem estabelecida no item 5, os documentos para Credenciamento conforme modelo constante dos **anexos IV, V e a**

declaração do constante no anexo VI.

9. DA PROPOSTA COMERCIAL (envelope nº 1)

- 9.1. No Envelope "Proposta de Preços" constará a carta proposta que deverá ser redigida, preferencialmente, em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado ou editorada por computador, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da Proponente.
- 9.2. Na proposta deverá estar obrigatoriamente consignado:
 - 9.2.1. A razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, UF) telefone, endereço eletrônico (e-mail);
 - 9.2.2. O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso na proposta não apresente prazo de validade será este considerado;
 - 9.2.3. Descrição do objeto da licitação, de acordo com este Edital;
 - 9.2.4. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos, em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula, em algarismos e por extenso. No preço ofertado deverão estar incluídas todos os custos diretos e indiretos todas as despesas diretas e indiretas e benefícios, responsabilidade civil, sem que caiba em qualquer caso, direito regressivo à METROBUS, necessários ao cumprimento do objeto ora licitado;
 - 9.2.5. As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro (a) da forma seguinte:
 - 9.2.5.1. Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
 - 9.2.5.2. O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro (a) em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total a ser pago.
 - 9.2.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não sendo aceitos pleitos de diminuições, a esse ou qualquer outro título.
- 9.2.7. A DECLARAÇÃO (Anexo VII), deverá ser entregue antes do início da fase de lances, junto com as propostas de preços;**

10. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (envelope nº 2)

- 10.1. Documentação relativa à habilitação jurídica
 - 10.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 10.1.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da ata de eleição de seus administradores;
 - 10.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
 - 10.1.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 10.2. Documentos relativos à regularidade fiscal e Trabalhista
 - 10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - 10.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou

municipal, se

houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

- 10.2.3. Certidão Conjunta de Regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida em conjunto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 10.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado onde a licitante tem sua sede;
 - 10.2.4.1. No caso de licitantes com sede fora do Estado de Goiás, deverá ser apresentada também a Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual de Goiás, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás através do site www.sefaz.go.gov.br.
- 10.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 10.2.6. Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal para a sede da empresa licitante;
- 10.2.7. Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 10.2.8. Caso a participação no certame se dê por meio da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas, dispensando-a quando, pela própria natureza das certidões, forem emitidas somente em nome da matriz (deliberação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 001930/2008).

10.3. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira

- 10.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo somente será aceita com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias. Se a Comarca possuir mais de um Cartório Distribuidor, deverá ser apresentada Certidão expedida por todos;
- 10.3.2. Apresentação do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- 10.3.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:
 - ILC: Índice de Liquidez Corrente
 - ou; ILG: Índice de Liquidez Geral
 - ou; GS: Grau de Solvência.

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{ILS} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$GS = \frac{AT}{PC + PCN} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Obs. A licitante que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices ILC, ILG e GS, nos termos da fórmula acima, deverá comprovar capital social integralizado ou patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total do objeto desta licitação.

10.4. Documentos relativos à qualificação técnica

10.4.1. Atestado/Declaração expedido por órgão ou entidade da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, ou ainda empresa privada, comprovando que já forneceu produtos com características equivalente ao objeto da presente licitação.

10.5. Outros documentos

10.5.1. **DECLARAÇÃO (Anexo VIII)**, junto com as demais documentações, declarando que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso XIII do Artigo 12 do Decreto Estadual nº 7.468/2011, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

10.5.2. **DECLARAÇÃO (ANEXO IX)** de que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no art. 12 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.

10.5.3. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pelo CADFOR (Cadastro de Fornecedores do Superintendência de Suprimentos e Logística da SEAD) do Estado de Goiás, ou pelo SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal, substituem os documentos de habilitação exigidos nos subitens 10.1, 10.2 e 10.3, deste edital.

10.6. Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

10.7. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências ditalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o

Pregoeiro (a) considerará a Proponente inabilitada.

10.8. Documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias contados da data da emissão do documento.

10.9. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, ou cópias reprográficas autenticadas por Tabela de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas pelo Pregoeiro (a) ou membros da equipe de apoio, a partir do original, conforme disposto no item 4.5.1.

- 10.10. Os documentos emitidos, via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas, dispensam a necessidade de autenticações e, em caso de não apresentação ou deficiência nas informações constantes no documento apresentado, os mesmos poderão ser obtidos via internet durante a sessão. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação da habilitação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 10.11. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao Artigo 48 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração.
- 10.11.1. O tratamento favorecido previsto no item 10.11 somente será concedido as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.
- 10.11.2. O motivo da irregularidade fiscal pendente será registrado pelo Pregoeiro (a) em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.
- 10.11.3. A não-regularização da documentação no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, devendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para análise de sua habilitação e prosseguimento do certame.

11. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

- 11.1. Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas o Pregoeiro (a) fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro (a) os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".
- 11.2. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, será feita a sua conferência, análise de sua conformidade com as exigências do Edital e posterior rubrica pelo Pregoeiro (a), Equipe de Apoio e Licitantes.
- 11.3. Cumprido o subitem 11.2, serão desclassificadas as propostas que:
- 11.3.1. Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
- 11.3.2. Cujo valor da proposta seja superior ao valor estimado;
- 11.3.3. Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço a oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.
- 11.4. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar a **Menor Preço (Maior Percentual de Desconto)**.
- 11.5. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- 11.5.1. Seleção da proposta de menor oferta e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- 11.5.2. Caso não haja pelo menos três propostas escritas, nas condições definidas no subitem 11.5.1, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os maiores preços, até o máximo de

três, qualquer que tenham sido os valores oferecidos acima do valor mínimo, para que seus autores participem dos lances verbais;

- 11.6. Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme subitem 11.5.1, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às Licitantes proclamadas classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor oferta, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor ofertado.
 - 11.6.1. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro (a), implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.8. O Pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante excluída da participação dos lances verbais na forma do subitem 11.7 caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.
- 11.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.
- 11.10. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 11.11. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor **Menor Preço (Maior Percentual de Desconto)**.
- 11.12. O Pregoeiro (a) poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à diminuição do preço.
- 11.13. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 11.14. Sendo considerada aceitável a oferta de **Menor Preço (Maior Percentual de Desconto)**, será aberto o Envelope de Documentação e verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado.
- 11.15. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, será declarada a Proponente habilitada e vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro (a), condicionada a adjudicação à apreciação dos recursos que sejam impetrados nos termos do item 12 deste Edital.
- 11.16. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, devidamente rubricados pelo Pregoeiro (a) e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro (a), sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 11.17. Havendo empate, no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o Pregoeiro (a), serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:
 - 11.17.1. Será assegurada a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - 11.17.1.1. Produzidos no País;
 - 11.17.1.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 11.17.1.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 11.17.1.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

- 11.17.2. Sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.
- 11.18. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro (a) e Membros da Equipe de Apoio, e licitantes credenciadas presentes. Os envelopes das demais Proponentes ficarão de posse da Administração que os devolverá após atendimento do objeto licitado ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro (a).
- 11.19. **A licitante vencedora, no prazo de 1 (um) dia útil, após o encerramento da Sessão, deverá apresentar nova Proposta de Preços, contendo os valores obtidos através da negociação efetuada na fase de lances verbais, como condição indispensável para contratação.**
- 11.20. A licitante que, na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do beneficioprevisto na Lei Complementar nº 123, deverá encaminhar junto com a proposta, após a fase de lances, prova de enquadramento da referida condição conforme definido no inciso I do artigo 10 do Decreto Estadual nº 7.466/2011. Será aceito para este fim certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.
- 11.21. O resultado será disponibilizado nos sites www.metrobus.com.br e www.comprasnet.go.gov.br, na imprensa oficial e no quadro de avisos da METROBUS.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Declarada a vencedora, qualquer Licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, por meio da síntese de suas razões, que será registrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará:
- 12.2.1. A decadência do direito de recurso;
- 12.2.2. A adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro (a) à licitante vencedora;
- 12.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro (a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente no prazo de até 03 (três) dias úteis. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas ao Pregoeiro (a), justificadamente, não reformar sua decisão.
- 12.4. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, o Pregoeiro (a) adjudicará o objeto à licitante vencedora e a autoridade competente homologará a licitação.
- 12.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de comunicação por escrito via e-mail.

13. DAS PENALIDADES

- 13.1. Constituem ilícitos administrativos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, além das práticas previstas nos arts. 82, 83 e 84 da Lei federal nº 13.303/16, as vedações contidas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17

de julho de 2002 ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

- 13.2. A CONTRATADA que incorra nas faltas referidas nesta cláusula aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório.
- 13.3. Nas hipóteses previstas no item 13.1, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.
- 13.4. Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.
- 13.5. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado no cumprimento do ajuste, sem prejuízo das demais sanções previstas neste item, sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme infrações cometidas:
 - 13.5.1. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
 - 13.5.2. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 48 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
 - 13.5.3. pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
 - 13.5.4. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato.
 - 13.5.5. Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.
 - 13.5.6. No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.
 - 13.5.7. No caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.
- 13.6. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.
- 13.7. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da METROBUS para fins de registro.
- 13.8. Não havendo concordância da contratada e a METROBUS acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente conforme Tabela de Limites de Competência.
- 13.9. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial

nomeada para este fim.

- 13.10. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a METROBUS, por até 02 (dois) anos.
- 13.11. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à METROBUS, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.
- 13.11.1. - Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).
- 13.11.2. - O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.
- 13.11.3. - A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.
- 13.11.4. - Se a sanção de que trata o item 13.11 for aplicada no curso da vigência de um contrato, a METROBUS poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.
- 13.11.5. - A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.
- 13.12. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a METROBUS às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:
- 13.12.1. - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 13.12.2. - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.12.3. - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a METROBUS em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.12.4. - tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.
- 13.13. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a METROBUS, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.14. Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso na execução

do contrato resultar de caso fortuito ou de força maior.

14. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 14.1. Durante a vigência do contrato sua Gestão e/ou Fiscalização, em atenção ao art.207 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, ficará a cargo do Gerente de Suprimentos, e a fiscalização do contrato ficará a cargo do Supervisor do Almoxarifado, designados através de portaria pela autoridade superior.
- 14.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme determina o parágrafo 3º do art. 207 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus;
- 14.3. Cabe à Contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Metrobus, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.
- 14.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos Gestores e/ou Fiscais deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas necessárias e convenientes, conforme preceitua o art. 208 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.
- 14.5. A conferência da quantidade e qualidade dos serviços prestados deverão ser feitas na presença de representantes da Contratada e da Contratante, na ocasião da entrega se a contratada não puder participar da conferência, assumirá como verdadeira e, portanto, inquestionável a apuração feita pela Contratante.

15. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 15.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da notificação, assinar o contrato **(ANEXO IX)**.
- 15.2. A recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.
- 15.3. O prazo de vigência do contrato, será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua assinatura e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da CONTRATANTE até o limite máximo de 05 (cinco) anos.
- 15.4. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 213 a 216 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.
- 15.5. As exigências do fornecimento, as quantidades, os prazos, bem como as demais condições constam no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 15.6. Caberá à CONTRATANTE indicar o gestor do contrato, que deverá observar as disposições dos Art. 207 a 210 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.
- 15.7. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação.
 - 15.7.1. Se a licitante vencedora não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.
 - 15.7.2. Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela

melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

16. DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

16.1. As controvérsias eventualmente surgidas quando à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congêneres, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 17.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme determinação dos incisos III e IV, do Art. 90 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.
- 17.3. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro (a).
- 17.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.5. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na METROBUS.
- 17.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.
- 17.7. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos dos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do Art. 165 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.
- 17.8. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro (a) através do site www.comprasnet.go.gov.br ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro (a).
- 17.9. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no site www.comprasnet.go.gov.br, e nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.
- 17.10. Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro (a) poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como sanear os erros de pequena relevância, mediante ato devidamente motivado.
- 17.11. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital elege-se como foro competente o de Goiânia – GO, com exclusão de qualquer outro.

18. DOS ANEXOS

18.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes

Anexos:

18.2. 18.1.1. Anexo I – Termo de Referência;

18.1.2. Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

18.1.3. Anexo III - Modelo de Carta de Credenciamento;



- 18.1.4. Anexo IV - Modelo De Declaração De Habilitação;
- 18.1.5. Anexo V – Modelo de Declaração de enquadramento na Lei Complementar Nº 123/06 e no Decreto Estadual Nº 7.466/2011;
- 18.1.6. Anexo VI - Modelo de declaração dos fatos impeditivos e ciência das cláusulas do Edital;
- 18.1.7. Anexo VII - Modelo de Declaração que não emprega menor;
- 18.1.8. Anexo VIII – Declaração de Enquadramento ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus;
- 18.1.9. Anexo IX - Minuta Contratual.

Goiânia, 25 de novembro de 2022.

**Giovanna Barbosa de Miranda
Pregoeira**

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 PARA ABASTECIMENTO DA FROTA OPERACIONAL

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo tem por finalidade definir os elementos que norteiam a contratação de empresa especializada em fornecimento de Óleo Diesel S-10 Metropolitano com Biodiesel NBR, de forma parcelada e contínua, de acordo com a quantidade e condições previstas neste Termo, para suprir as necessidades de abastecimento da frota de veículos utilizada pela Metrobus, na prestação de serviço de transporte de passageiros em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

1.2. A Metrobus Transporte Coletivo S/A, é concessionária da linha 001 - Eixo Anhanguera, e suas extensões para os municípios de Goianira, Trindade e Senador Canedo, integrantes do Sistema Integrado de Transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Goiânia - SET RMTC.

1.3. Possui uma frota de 86 (oitenta e seis) veículos movidos a Óleo Diesel, exclusivos para o transporte de passageiros e os demais são utilizados no apoio operacional.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto é a seleção e contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado e contínuo de Óleo Diesel S-10, Metropolitano com Biodiesel NBR, especificado e na quantidade discriminada abaixo, para suprir as necessidades de abastecimento da frota de ônibus e demais veículos e equipamentos e movidos a diesel, pertencentes à Metrobus. A empresa contratada para o fornecimento do Óleo Diesel S-10, também fornecerá a título de comodato, o posto de abastecimento, inclusos tanques de estocagem, tubulações, bombas, filtros e acessórios, bem como instalação de estrutura apropriada para descarga, armazenamento e abastecimento dos veículos da frota da Metrobus, com preventivas mensais, corretivas em até 24 horas após solicitação e visitas mensais de equipe especializada para análise da qualidade do combustível, estocagem e sangria dos tanques, sem custos adicionais para a Contratante, pelo período de 24 meses.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação, visa atender as necessidades do consumo diário desse produto pela Metrobus, no cumprimento de suas atividades finalísticas e administrativas, tanto na prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na linha do Eixo Anhanguera e em suas extensões para os municípios de Goianira, Trindade e Senador Canedo, como nas movimentações dos veículos movidos a diesel de apoio operacional;

3.2. A contratação de empresa para fornecimento do objeto discriminado neste Termo de Referência justifica-se, ainda, pela aproximação do encerramento do Contrato Administrativo 005/2018, visando o fornecimento de Óleo Diesel, S-10 Metropolitano com Biodiesel NBR, previsto para 29/01/2023;

3.3. A quantidade estimada apresentada para aquisição descrita no item 5.1.1, deste Termo de Referência, sido 425.000 (quatrocentos e vinte e cinco mil) litros/mês, foi baseada no consumo médio dos últimos 12 (doze) meses, que tangeu na estirpe de 390.000 (trezentos e noventa mil) litros/mês, acrescido de uma margem de segurança de 35.000 (trinta e cinco) litros/mês.

HISTÓRICO DE LIQUIDAÇÃO EM LITROS/MÊS	
MÊS	Outubro/21 a Setembro/22
Outubro	383.346
Novembro	381.500
Dezembro	434.154
Janeiro	387.772
Fevereiro	360.561
Março	405.462
Abril	379.132
Maio	405.847
Junho	401.620
Julho	412.847
Agosto	368.845
Setembro	351.019
TOTAL	4.672.105,00
MÉDIA	389.342

4. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

4.1. Os produtos abaixo especificados, serão adquiridos através de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, tipo "Menor Preço (maior percentual de desconto)", a ser realizado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos Estaduais nºs 7.466/11 e 7.468/11, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 13.303/16, e suas posteriores alterações e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie.

4.2. Será considerada vencedora a licitante que apresentar maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço médio de venda ao consumidor (R\$/l), para o fornecimento do Diesel S10 no município de Goiânia, com base nos dados fornecidos pela Agência Nacional de Petróleo - ANP na data de abertura do procedimento licitatório, divulgado no site: www.anp.gov.br/preco/, devendo consignar expressamente em algarismos e por extenso o percentual de desconto proposto, considerando-se duas casas decimais. Neste caso, o desconto mínimo aceitável é de 0% (zero por cento). A apresentação da melhor proposta levará em consideração o resultado da multiplicação da quantidade de litros, com o preço médio em questão e o percentual de desconto ofertado, de modo que sagrar-se-á vencedora a licitante que apresentar o menor valor global final, e que atender aos demais critérios.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

5.1. Da especificação

5.1.1. Da especificação dos produtos e quantidades estimadas para consumo mensal e anual:

Item	Código	Descrição	Unidade	Mensal	24 meses
01	15659	Óleo Diesel S-10 Metropolitano com Biodiesel NBR.	Litro	425.000	10.200.000

5.1.2. O quantitativo estimado no quadro acima poderá ser acrescido ou reduzido, a critério da Metrobus, nos limites estabelecidos no artigo 81 da 13.303/16, parágrafos 1º e 2º;

5.1.3. Para infraestrutura indicada no item 2.2, a ser instalada pela licitante vencedora, deverá haver a contemplação das seguintes especificações:

5.1.3.1. **Mínimo** de 05 (cinco) tanques aéreos com capacidade mínima de 15.000 (quinze mil) litros, cada, sendo 02 tanques para recebimento e três tanques reservas para estocagem de diesel filtrado;

5.1.3.2. **Mínimo** de 03 (três) bombas de abastecimento industrial novas, possuindo, cada uma, vazão mínima de 50 L/min, 01 (uma) mangueira de 1.1/4" com 5 (cinco) metros de comprimento, 01 (um) bico de abastecimento com desarme automático, compatível com a medida da mangueira.

5.1.3.3. **Mínimo** de 02 (dois) filtros para diesel com capacidade mínima de filtragem de 5.000 (cinco mil) litros hora;

5.1.3.4. 01 (uma) motobomba com capacidade mínima de bombeamento de 40 m³/h;

5.1.3.5. Cobertura para o posto de abastecimento em estrutura metálica e telha de alumínio, com área total mínima de 590,00 m², com piso em concreto armado Fck 30 mpa, sendo que a ilha de abastecimento deverá possuir canaletas metálicas em seu perímetro para a coleta da água e resíduos;

5.1.3.6. Instalação de estrutura apropriada para descarga com cobertura de aproximadamente 50 m² em estrutura metálica e telha de alumínio, com piso em concreto armado Fck 30 mpa, com canaletas metálicas em seu perímetro para a coleta da água e resíduos;

5.1.3.7. A empresa vencedora terá o prazo de até 90 (noventa) dias para instalação de todos os equipamentos exigidos para o abastecimento (posto), período em que poderá se utilizar da estrutura cedida em comodato pela empresa anteriormente contratada, ficando responsável por devolver toda a estrutura e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, tal qual a recebeu para uso temporário;

5.1.3.8. Caso a empresa vencedora não seja a atual proprietária das instalações existentes, ela a usará, até a instalação da sua própria estrutura, sendo que nessa situação, arcará com eventuais despesas inerentes ao uso. Negociação que deverá ser feita diretamente com a proprietária do posto comodato em uso.

5.1.4. A estrutura e os equipamentos acima especificados refletem a capacidade mínima a ser instalada e necessária para o abastecimento da frota, relativamente ao consumo mensal e anual do diesel estimado neste Termo, devendo estar em conformidade com a Resolução ANP nº 12/2007 e ABNT - NBRs 13784/1997, 13787/1997, 15428/2006 e 15456/2007.

5.1.5. Critério/ Metodologia utilizada para a estimativa das quantidades:

5.1.5.1. Para o item 01 - Óleo diesel S-10 Metropolitano com Biodiesel: Consumo médio mensal por veículo, multiplicado pelo número de veículos operacionais em uso, adotando uma contingência adicional de aproximadamente 8%, para possível aumento de demanda, sendo:

5.1.5.1.1. Frota operacional média: 86 veículos

5.2. Da vigência do contrato

5.2.1. A vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura e tendo sua eficácia plena com a publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

5.2.2. Durante a vigência desta contratação, os preços observarão a incidência do desconto ofertado sobre o preço médio contido na tabela da ANP, nos mesmos parâmetros utilizados na sessão licitatório.

5.2.3. A Metrobus Transporte Coletivo S/A, sociedade de economia mista, conta com recursos orçamentários do Estado e com receitas próprias, através de Contas Contábeis de Receitas nº 421.01 e nº 411.01, respectivamente.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1. O prazo para a entrega dos produtos será de até 01 (um) dia útil, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela CONTRATANTE, que poderá ser feita eletronicamente.

6.2. Os produtos deverão ser entregues no posto de abastecimento situados na garagem da Metrobus, localizado na Rua Patriarca, 299 Vila Regina, Goiânia-GO, acompanhado da Nota Fiscal e dos lacres do tanque de transporte de Diesel, do caminhão.

6.3. A mão de obra para o transporte e descarregamento dos produtos correrá, exclusivamente, por conta da empresa que vier a ser contratada.

6.4. Os pedidos serão feitos de forma parcelada, nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE, de acordo com a necessidade de consumo dos veículos.

7. DO RECEBIMENTO

7.1. Os produtos serão recebidos por servidor designado pela Gerência de Suprimentos, o qual realizará medições e testes mínimos de controle de qualidade para confirmação das especificações dos produtos.

7.2. Serão rejeitados no recebimento os produtos cujas especificações sejam diferentes das constantes deste Termo;

7.3. Os produtos serão recebidos mediante apresentação de Nota Fiscal, a qual deverá conter em campo próprio, descontos incidentes sobre o valor contratado, referentes ao ICMS retido na fonte, conforme Termo de Acordo de Regime Especial Previsto no inciso CXLIII do Art. 6 do Anexo IX do Decreto 8.347/15, bem como a não tributação do IPI conforme Decreto 7660/2011, do MF. Red. BC conf. Dec. 4852/97 - RCTE/GO, Anexo IX, Art. 9º, Par. 1º Inc. XXIII e Dec. 9079/17.

7.4. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos, conforme contante na Ordem de Fornecimento.

8. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE GARANTIA

8.1. Deverá ser fornecida pela CONTRATADA garantia contra impropriedades de fabricação dos produtos durante o prazo de execução do contrato;

8.2. Durante o prazo de garantia dos produtos a CONTRATADA obriga-se a substituir os mesmos, contra impropriedades de fabricação, às suas expensas, no prazo de 1 (um) dia útil, contado do primeiro dia subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, que poderá ser feita eletronicamente.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em até quinze dias, a contar do recebimento definitivo do produto, em conformidade com as quantidades entregues, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da CONTRATANTE.

9.2. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeita as condições estabelecidas pela METROBUS.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

10.1.1. Cumprir fielmente o Contrato a ser firmado entre as partes;

10.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do contrato;

10.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma prevista no contrato;

10.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA, através de servidores designados pela CONTRATANTE, gestor do contrato e o fiscal do contrato, o qual acompanhará e fiscalizará a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas porventura detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras;

10.1.5. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.6. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

10.2. A CONTRATADA obriga-se a:

10.2.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e dentro das especificações das normas da Agência de Petróleo ANP e INMETRO;

10.2.2. Observar a tabela da ANP (Agência Nacional de Petróleo) relativamente à variação dos preços médios dos combustíveis.

10.2.3. Manter todas as condições legais de habilitação durante o prazo de vigência do contrato;

10.2.4. Responsabilizar-se integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente e os prazos constantes deste Termo de Referência;

10.2.5. Responsabilizar-se pela completa entrega e qualidade dos produtos, até o recebimento definitivo dos mesmos pela CONTRATANTE;

10.2.6. Realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva do posto, inclusos tanques de estocagem, tubulações, bombas, filtros e acessórios, com preventiva mensal e corretiva em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação. Visitas mensais de equipe especializada para análise da qualidade do combustível, estocagem e sangria dos tanques. Deverá também disponibilizar um número de telefone de emergências para solicitação de manutenções corretivas.

10.2.7. Informar online todo procedimento logístico, desde o carregamento na base até a entrega do produto, para acompanhamento e rastreamento de entrega, ficando estabelecido o horário de entrega de segunda a sexta das 08:00 às 18:00 e aos sábados e feriados das 08:00 às 11:00 horas;

10.2.8. Disponibilizar treinamento básico de procedimentos para os funcionários do abastecimento e recebimento, certificando-os aptos para o serviço;

10.2.9. Fornecer os produtos sempre que solicitado, no período determinado pela CONTRATANTE, com a utilização de mão de obra (motorista e caminhão-tanque) capacitada e equipamentos de proteção contra acidentes, lembrando que em caso de racionamento no fornecimento, a METROBUS terá prioridade no recebimento do combustível;

10.2.10. A CONTRATADA é obrigada a reparar ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de acompanhamento feito pelo servidor designado pela CONTRATANTE, o fiscal do contrato;

10.2.11. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis;

10.2.12. É vedado, à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

10.2.13. No caso da empresa CONTRATADA for estabelecida fora do Estado de Goiás, a mesma deverá considerar no seu preço a alíquota de ICMS vigente no Estado de Goiás. Nesse

caso, do preço a ser contratado será deduzida a diferença de alíquota entre o Estado de origem da empresa e o Estado de Goiás, bem como atendimento ao Termo de Acordo de Regime Especial - TARE. Previsto no inciso CXLIII do Art. 6 do Anexo IX do Decreto 8347/15.

10.2.14. A empresa CONTRATADA deverá manter por 180 (cento e oitenta) dias após a expiração do contrato, a estrutura por ela instalada, necessária para a descarga, abastecimento e armazenamento dos combustíveis, caso não obtenha êxito em procedimentos licitatórios posterior, e sem nenhum custo para a CONTRATANTE e nem para a NOVA CONTRATADA que utilizará a citada estrutura nesse período.

11. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Gerente de Suprimentos e a fiscalização a cargo do Supervisor do Almoxarifado, designados através de portaria pela autoridade superior.

11.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme determina a legislação de regência;

11.3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Metrobus, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;

11.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes da CONTRATANTE deverão ser solicitadas por escrito a seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, em analogia ao parágrafo 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

11.5. A conferência da quantidade e qualidade dos produtos fornecidos deverá ser feita na presença de representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA, na ocasião da entrega. Se a CONTRATADA não puder participar da conferência, assumirá como verdadeira e, portanto, inquestionável, a apuração feita pela CONTRATANTE.

12. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo da contratação deverá ser definido através da aplicação do desconto ofertado sobre o preço médio por litro, apurado de acordo com a tabela publicada pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, praticados ao consumidor no município de Goiânia-GO, devendo a CONTRATADA, aderir e considerar o Termo de Acordo de Regime Especial - TARE, previsto no inciso CXLIII do Art. 6 do Anexo IX do Decreto 8347/15.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto definido neste Termo de Referência, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa fornecedora, as penalidades previstas na legislação pertinente;

13.2. Serão aplicadas penalidades no caso de fornecimento do produto em desacordo com as especificações e com a proposta, fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e/ou defeitos.

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contratado;

14.2. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.3. Quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, poderão ser prestados pela Gerência de Suprimentos da Metrobus;

14.4. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos de acordo com a legislação aplicável, inclusive as normas técnicas dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

15. DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA METROBUS

15.1. Sem prejuízo das informações aqui contidas, todas as demais circunstâncias vinculadas à licitação e à execução contratual, inclusive sanções, observarão as condições previstas no RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contrato da Metrobus.

16. DA RESCISÃO

16.1. A contratação poderá ser rescindida pela CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, em analogia com as hipóteses previstas na Seção V, artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste Termo de Referência, bem como das medidas legais cabíveis.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA CORREA NEVES, Gestor (a) de Contrato**, em 01/11/2022, às 09:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **ADELICIO ALVES DA SILVA JUNIOR, Superintendente**, em 01/11/2022, às 09:22, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000034961435** e o código CRC **67F04031**.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
RUA PATRIARCA 299, S/C - Bairro VILA REGINA - GOIANIA - GO - CEP 74453-610 -
(62)3230-7521.

Referência: Processo nº 202200053000619

Criado por 69217343153, versão 14 por 69217343153 em 01/11/2022 07:20:14.

ANEXO - II

CARTA PROPOSTA
PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2022
Processo nº 202200053000619

Empresa: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____
Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Banco nº: _____ Agência nº: _____ Conta-corrente nº: _____

À Metrobus Transporte coletivo S/A

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para fornecimento do Objeto do Pregão Presencial Nº 010 /2022. A validade de nossa proposta relativamente ao item abaixo, é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão.

Item nº 01 – Disputa Geral

Item	Descrição	Marca	Und	Qtd	Preço - R\$	
					Unit.	Total
01	Óleo Diesel S-10 Metropolitano com Biodiesel NBR.		Litro	10.200.000		

Valor total por Extenso R\$ _____ (_____).

Declaramos que:

1. Declaramos que os preços acima ofertados, incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários e trabalhistas, transportes, dentre outros.
2. Forneceremos o produto no prazo, local e condições previstos no Edital, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
3. Concordamos com todas as disposições e exigências deste Edital e seus anexos, inclusive com Termo de Referência.
4. Até o recebimento da Nota Fiscal, de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

Goiânia, _____ de _____ de 2022.

Nome e assinatura do responsável legal

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022
PROCESSO 202200053000619

À
Metrobus Transporte Coletivo S/A
Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, CEP: 74.453-610 - Goiânia - GO.

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____ credenciamos o Sr.(a) _____ portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF(MF) nº _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, apresentar documentos, recorrer, renunciar a recurso e praticar os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Goiânia, ____ de _____ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

ANEXO - IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022
PROCESSO 202200053000619

À
Metrobus Transporte Coletivo S/A
Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, CEP: 74.453-610 - Goiânia - GO.

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor / Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, **DECLARA**, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital do **Pregão Presencial nº 010/2022**, objeto do **Processo nº _____**, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista (ressalvado para as microempresas e empresas de pequeno porte, o disposto no Artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006). **DECLARA** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade conforme **art. 218 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus**. **DECLARA** ainda, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores.

Goiânia, ____ de _____ de 2022.

Nome do credenciado ou do responsável legal e assinatura

ANEXO - V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E DECRETO ESTADUAL Nº 7.466/2011**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022
PROCESSO 202200053000619**

À
Metrobus Transporte Coletivo S/A
Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, CEP: 74.453-610 - Goiânia - GO.

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) _____, portador de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **microempresa OU empresa de pequeno porte**, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts, 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, e Decreto Estadual nº 7.466/2011, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Goiânia, ____ de _____ de 2022.

Carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal (legível)

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06 e Decreto Estadual n.º 7.466/2011, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

ANEXO - VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DOS FATOS IMPEDITIVOS e CIÊNCIA DAS CLÁUSULAS DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022
PROCESSO 202200053000619

À
Metrobus Transporte Coletivo S/A
Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, CEP: 74.453-610 - Goiânia - GO.

A Empresa _____, CNPJ nº _____,

DECLARA:

- Sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores.
- Ter ciência de todas as cláusulas do Edital, sendo que o descumprimento de qualquer dessas cláusulas acarretará a aplicação das penalidades conforme **art. 218 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus**, principalmente a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

Goiânia, ____ de _____ de 2022.

Carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal (legível)

ANEXO - VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
(ART. 7º, XXXIII, CF/88 C/C ART. 27, V, LEI 8.666/93)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022
PROCESSO 202200053000619

À
Metrobús Transporte Coletivo S/A
Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, Goiânia – GO.

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, da não realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Goiânia, ____ de _____ de 2022.

Carimbo CNPJ, Assinatura do representante legal da empresa (legível)

ANEXO - VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO AO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA METROBUS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022
PROCESSO 202200053000619

À
Metrobus Transporte Coletivo S/A
Rua Patriarca nº 299, Vila Regina, CEP: 74.453-610 – Goiânia – GO.

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que relativamente ao disposto no artigo 12 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, o (s) administrador (es), sócio (s) e ou empregado (s) da empresa, acima qualificada, não se enquadra em nenhum dos impedimentos ali previstos.

Goiânia, ____ de _____ de 2022.

Carimbo CNPJ, Assinatura do representante legal da empresa (legível)

MINUTA

CONTRATO Nº _____/22

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
ENTRE SI CELEBRAM METROBUS
TRANSPORTE COLETIVO S/A E
_____ CONFORME
AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES
ABAIXO:**

CONTRATANTE:

METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, com sede à Rua Patriarca, nº 299, Vila Regina, nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.392.459/0001-03, adiante denominada apenas de **CONTRATANTE**, representada pelo Diretor-Presidente **FRANCISCO ANTÔNIO CALDAS DE ANDRADE PINTO**, RG nº 83105898-7, CPF nº 825.786.487-00, residente e domiciliado em Goiânia-GO; Diretor Financeiro **MIGUEL ELIAS HANNA**, RG nº 2.034.839 SSP/GO, CPF nº 414.167.671-34, residente e domiciliado em Anápolis-GO.

CONTRATADA:

_____, nº _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, representada por seu sócio proprietário, _____, RG _____, CPF/MF nº _____, residentes e domiciliados em Goiânia-GO;

Tem justo e acordado o presente Contrato de Fornecimento, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato vincula-se ao Processo nº 202200053000619 PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2022; Média de preços apresentada em ___/___/2022; e às determinações do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás no dia 19/12/2018, e subsidiariamente as demais Leis em regências aplicáveis à espécie.

Aplicam-se ainda à presente relação jurídica contratual os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A **CONTRATADA** compromete-se a fornecer Parceladamente e Continuamente **Óleo Diesel S-10 Metropolitano com Biodiesel NBR**, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, EFICÁCIA E GESTÃO CONTRATUAL

A vigência do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua assinatura e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da **CONTRATANTE** até o limite máximo de 05 (cinco) anos.

A Gestão e/ou Fiscalização do presente Contrato, em atenção aos arts. 207, 208, 209 e 210 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, ficará a cargo do Gerente de Suprimentos e a Fiscalização ficará a cargo do Supervisor do Almoxarifado, designados através de portaria pela autoridade superior.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Todos os produtos serão fornecidos conforme a necessidade da CONTRATANTE, mediante pedido formal, via emissão de Ordem de Fornecimento, devidamente autorizada pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Do Comodato

Para infraestrutura a ser instalada pela CONTRATADA, deverá haver a contemplação das seguintes especificações:

1. Mínimo de 05 (cinco) tanques aéreos com capacidade mínima de 15.000 (quinze mil) litros, cada, sendo 02 tanques para recebimento e três tanques reservas para estocagem de diesel filtrado;
2. Mínimo de 03 (três) bombas de abastecimento industrial novas, possuindo, cada uma, vazão mínima de 50 L/min, 01 (uma) mangueira de 1.1/4" com 5 (cinco) metros de comprimento, 01 (um) bico de abastecimento com desarme automático, compatível com a medida da mangueira;
3. Mínimo de 02 (dois) filtros para diesel com capacidade mínima de filtragem de 5.000 (cinco mil) litros hora;
4. 01 (uma) motobomba com capacidade mínima de bombeamento de 40 m³/h;
5. Cobertura para o posto de abastecimento em estrutura metálica e telha de alumínio, com área total mínima de 590,00 m², com piso em concreto armado Fck 30 mpa, sendo que a ilha de abastecimento deverá possuir canaletas metálicas em seu perímetro para a coleta da água e resíduos;
6. Instalação de estrutura apropriada para descarga com cobertura de aproximadamente 50 m² em estrutura metálica e telha de alumínio, com piso em concreto armado Fck 30 mpa, com canaletas metálicas em seu perímetro para a coleta da água e resíduos;
7. A empresa vencedora terá o prazo de até 90 (noventa) dias para instalação de todos os equipamentos exigidos para o abastecimento (posto), período em que poderá se utilizar da estrutura cedida em comodato pela empresa anteriormente contratada, ficando responsável por devolver toda a estrutura e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, tal qual a recebeu para uso temporário;
8. A estrutura e os equipamentos acima especificados refletem a capacidade mínima a ser instalada e necessária para o abastecimento da frota, relativamente ao consumo mensal e anual do diesel estimado, devendo estar em conformidade com a Resolução ANP nº 12/2007 e ABNT - NBRs 13784/1997, 13787/1997, 15428/2006 e 15456/2007;

Parágrafo Segundo – Do local, forma e prazo de entrega

- Os produtos deverão ser entregues no posto de abastecimento situado na garagem da Metrobus, localizado na Rua Patriarca, nº 299 – Vila Regina – Goiânia – CEP.: 74.453-610, acompanhados da Nota Fiscal e dos lacres do tanque de transporte de Diesel do caminhão.;
- O prazo para a entrega dos produtos será de até 01 (um) dia útil, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela CONTRATANTE, que poderá ser feita eletronicamente.
- A mão de obra para o transporte e descarregamento dos produtos correrá, exclusivamente por conta da empresa contratada;
- Os pedidos serão feitos de forma parcelada, nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE, de acordo com a necessidade de consumo dos veículos.

Parágrafo Terceiro – Do recebimento

- O recebimento e aceitação dos produtos serão baseados, no que couber, pelas disposições contidas no art. nº 202 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus;

- Os produtos serão recebidos por servidor designado pela Gerência de Suprimentos, o qual realizará medições e testes mínimos de controle de qualidade para confirmação das especificações dos produtos.
- Demais condições:
- **Provisoriamente**, após a entrega, para efeito posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, no prazo de até 03 (três) dias úteis;
- **Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório;
- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- Serão rejeitados no recebimento os produtos cujas especificações sejam diferentes das constantes do Termo de Referência;
- Os produtos serão recebidos mediante apresentação de Nota Fiscal, a qual deverá conter em campo próprio, descontos incidentes sobre o valor contratado, referentes ao ICMS retido na fonte, conforme Termo de Acordo de Regime Especial Previsto no inciso CXLIII do Art. 6 do Anexo IX do Decreto 8.347/15, bem como a não tributação do IPI conforme Decreto 7660/2011, do MF. Red. BC conf. Dec. 4852/97 - RCTE/GO, Anexo IX, Art. 9º, Par. 1º Inc. XXIII e Dec. 9079/17.
- A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos, conforme contante na Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE GARANTIA DO PRODUTO

Parágrafo Primeiro – Deverá ser fornecida pela CONTRATADA garantia contra impropriedades de fabricação dos produtos durante o prazo de execução do contrato;

Parágrafo Segundo - Durante o prazo de garantia dos produtos a CONTRATADA obriga-se a substituir os mesmos, contra impropriedades de fabricação, às suas expensas, no prazo de 1 (um) dia útil, contado do primeiro dia subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, que poderá ser feita eletronicamente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das já constantes no Edital e Anexos:

- a) Cumprir fielmente o Contrato a ser firmado entre as partes;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do contrato;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma prevista no contrato;
- d) Relacionar-se com a CONTRATADA, através de servidores designados pela CONTRATANTE, gestor do contrato e o fiscal do contrato, o qual acompanhará e fiscalizará a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas porventura detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras;
- e) A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA;
- f) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das já constantes no Edital e Anexos:

- a) Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e dentro das especificações das normas da Agência de Petróleo ANP e INMETRO;
- b) Observar a tabela da ANP (Agência Nacional de Petróleo) relativamente à variação dos preços médios dos combustíveis.
- c) Manter todas as condições legais de habilitação durante o prazo de vigência do contrato;
- d) Responsabilizar-se integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente e os prazos constantes deste Termo de Referência;

- e) Responsabilizar-se pela completa entrega e qualidade dos produtos, até o recebimento definitivo dos mesmos pela CONTRATANTE;
- f) Realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva do posto, inclusos tanques de estocagem, tubulações, bombas, filtros e acessórios, com preventiva mensal e corretiva em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação. Visitas mensais de equipe especializada para análise da qualidade do combustível, estocagem e sangria dos tanques. Deverá também disponibilizar um número de telefone de emergências para solicitação de manutenções corretivas.
- g) Informar online todo procedimento logístico, desde o carregamento na base até a entrega do produto, para acompanhamento e rastreamento de entrega, ficando estabelecido o horário de entrega de segunda a sexta das 08:00 às 18:00 e aos sábados e feriados das 08:00 às 11:00 horas;
- h) Disponibilizar treinamento básico de procedimentos para os funcionários do abastecimento e recebimento, certificando-os aptos para o serviço;
- i) Fornecer os produtos sempre que solicitado, no período determinado pela CONTRATANTE, com a utilização de mão de obra (motorista e caminhão-tanque) capacitada e equipamentos de proteção contra acidentes, lembrando que em caso de racionamento no fornecimento, a METROBUS terá prioridade no recebimento do combustível;
- j) A CONTRATADA é obrigada a reparar ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de acompanhamento feito pelo servidor designado pela CONTRATANTE, o fiscal do contrato;
- k) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis;
- l) É vedado, à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- m) No caso da empresa CONTRATADA for estabelecida fora do Estado de Goiás, a mesma deverá considerar no seu preço a alíquota de ICMS vigente no Estado de Goiás. Nesse caso, do preço a ser contratado será deduzida a diferença de alíquota entre o Estado de origem da empresa e o Estado de Goiás, bem como atendimento ao Termo de Acordo de Regime Especial - TARE. Previsto no inciso CXLIII do Art. 6 do Anexo IX do Decreto 8347/15;
- n) A empresa CONTRATADA deverá manter por 180 (cento e oitenta) dias após a expiração do Contrato, a estrutura por ela instalada, necessária para a descarga, abastecimento e armazenamento dos combustíveis, caso não obtenha êxito em procedimentos licitatórios posteriores, e sem nenhum custo para a CONTRATANTE e nem para a NOVA CONTRATADA que utilizará a citada estrutura nesse período.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR E REAJUSTE

A CONTRATADA fornecerá o produto de acordo com a Ordem de Fornecimento, discriminada na Cláusula Quarta, pelo preço global de **R\$ _____ (_____)**, inclusos todos os encargos, inclusive frete, cujo pagamento será efetuado em até quinze dias, a contar do recebimento definitivo do produto, em conformidade com as quantidades entregues, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – O percentual de desconto será fixo e irrevogável durante a vigência do presente Contrato e somente poderá sofrer correção desde que restar comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.

Parágrafo Segundo – Caso haja possibilidade de Prorrogação do contrato, o índice de reajuste em face da anualidade, será o INPC.

CLÁUSULA NONA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

Expedida a Ordem de Fornecimento a CONTRATADA providenciará a entrega do produto contratado e protocolizará a Nota Fiscal Fatura correspondente na Metrobus, que deverá ser minuciosamente atestada, conferida e recebida pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

Parágrafo Primeiro - O pagamento à CONTRATADA será realizado em até quinze dias, contados do recebimento definitivo do produto, com a apresentação da documentação pertinente e da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), atestada pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

Parágrafo Segundo – O pagamento será exclusivamente realizado através de crédito em conta-corrente bancária (DOC, TED, Depósito), indicada pela CONTRATADA e de sua inteira responsabilidade os dados fornecidos ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, devidamente satisfeitas as condições do Contrato.

Parágrafo Terceiro - A Nota Fiscal Eletrônica deverá especificar, de forma pormenorizada, todas as características do produto (marca, quantidade, dimensões etc.) e consignar os números do(a):

- i). Processo Administrativo que abrange a relação contratual;
- ii). Contrato Administrativo;
- iii). Procedimento Licitatório;
- iv). Ordem de Fornecimento respectiva, além de estar acompanhada de:
 - o **a)** Cópia da Ordem de Fornecimento, emitida pela CONTRATANTE, relativamente aos objetos entregues;
 - o **b)** Certidões Negativas atualizadas de Tributos Municipais, Estaduais e Federais (INSS, FGTS, Trabalhista etc.).

Parágrafo Quarto – A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser substituída por Certificado de Registro Cadastral, em situação "REGULAR", perante o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR, administrado pela Secretaria da Fazenda de Goiás, verificada a compatibilidade da atividade da empresa e o objeto adjudicado/licitado.

Parágrafo Quinto – A Nota Fiscal que apresentar incorreção no seu preenchimento ou deixar de apresentar os documentos solicitados nos parágrafos 3º e 4º será devolvida à CONTRATADA e seu pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, após a data de sua última apresentação válida, sem prejuízo do prazo de pagamento estipulado em conformidade ao parágrafo Primeiro da desta Cláusula.

Parágrafo Sexto - A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o disposto no Contrato, Edital, Termo de Referência e seus Anexos. Se após o recebimento provisório constatar que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, será notificada a CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento, e ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a situação.

Parágrafo Sétimo – Em eventual atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha a ele dado causa haverá compensação financeira, em seu favor, pelo índice IPCA, *pro rata die*.

Parágrafo Oitavo - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Nono - Os créditos da execução contratual de titularidade da CONTRATADA são inegociáveis.

Parágrafo Décimo - Para efeito de emissão da Nota Fiscal, o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - da Metrobus Transporte Coletivo S/A. É 02.392.459/0001-03.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FONTE DE RECURSOS

A Metrobus Transporte Coletivo S/A, sociedade de economia mista, conta com recursos orçamentários do Estado e com receitas próprias, através de Contas Contábeis de Receitas nº 421.01 e nº 411.01, respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - Constituem ilícitos administrativos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, além das práticas previstas nos arts. 217, 218 e 219 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, as vedações contidas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA que incorra nas faltas referidas nesta cláusula aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses previstas no Parágrafo Primeiro, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo

facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

Parágrafo Quarto - Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

Parágrafo Quinto - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado no cumprimento do ajuste, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Cláusula, sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme infrações cometidas:

- a) Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- b) Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 48 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- c) Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- d) No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato.
- e) Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.
- f) No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.
- g) No caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

Parágrafo Sexto - Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da METROBUS para fins de registro.

Parágrafo Oitavo - Não havendo concordância da contratada e a METROBUS acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente conforme Tabela de Limites de Competência.

Parágrafo Nono - Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

Parágrafo Décimo - O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a METROBUS, por até 02 (dois) anos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à METROBUS, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

Parágrafo Décimo Segundo - Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

Parágrafo Décimo Terceiro - O prazo da sanção a que se refere o parágrafo décimo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Parágrafo Décimo Quarto - A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se

existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

Parágrafo Décimo Quinto - Se a sanção de que trata o parágrafo décimo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a METROBUS poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

Parágrafo Décimo Sexto - A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

Parágrafo Décimo Sétimo - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a METROBUS às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a METROBUS em virtude de atos ilícitos praticados.
- d) tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

Parágrafo Décimo Oitavo - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a METROBUS, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Décimo Nono - Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso na execução do contrato resultar de caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos nos arts. 165 a 176, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, sempre por meio de termos aditivos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou reduções que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 165, §2º, do Regulamento interno de Licitações e Contratos da Metrobus.

Parágrafo Segundo - O presente Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nas seguintes condições (arts. 213 a 216, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus):

- a) por determinação unilateral e escrita da Administração, com 30 (trinta) dias de antecedência, nos casos enumerados nos incisos I a VIII, XI e XIII do art. 214, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, com exceção dos incisos VIII e XI, quando não haja culpa, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstram cabíveis em processo administrativo regular;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja

conveniência para a Administração Pública;

c) judicial, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da Diretoria Executiva da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

É vedada a transferência total ou parcial do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir todo e qualquer litígio oriundo do presente contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas.

Goiânia-GO, ____ de _____ de 2022.

Francisco Caldas
Diretor-Presidente

Miguel Elias Hanna
Diretor Financeiro

CONTRATADA:

Representante

1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativas de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízos da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.
3. A sede da arbitragem e da prolação de sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, comstituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas jurídicas necessárias, incluindo da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

Goiânia-GO, ____ de _____ de 2022.